



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXV — N.º 1

QUARTA-FEIRA, 1.º DE ABRIL DE 1970

BRASÍLIA — D F

CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

ATA DA 1.ª SESSÃO CONJUNTA EM 31 DE MARÇO DE 1970

Sessão Solene Destinada à Instalação
da 4.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JOÃO CLEOFAS

As 15 horas, acham-se presentes
os Senhores Senadores:

Adalberto Sena — Oscar Pas-
sos — Flávio Brito — Edmundo
Levi — Milton Trindade — Cattete
Pinheiro — Lobão da Silveira —
Clodomir Millet — Sebastião Ar-
cher — Victorino Freire — Petrónio
Portella — José Cândido — Sig-
fredo Pacheco — Waldemar Al-
cântara — Wilson Gonçalves —
Duarte Filho — Dinarte Mariz —
Manoel Villaça — Ruy Carneiro —
Argemiro de Figueiredo — Do-
mício Gondim — João Cleofas —
Pessoa de Queiroz — José Er-
mírio — Leandro Maciel —
Júlio Leite — José Leite —
Antônio Fernandes — Antô-
nio Balbino — Josaphat Marinho —
Carlos Lindenberg — Eurico
Rezende — Raul Giuberti — Pau-
lo Torres — Vasconcelos Torres —
Aurélio Vianna — Gilberto Mari-
nho — Benedicto Valladares —
Nogueira da Gama — Carvalho
Pinto — Lino de Mattos — Moura
Andrade — José Feliciano — Fer-
nando Corrêa — Filinto Müller —
Bezerra Neto — Ney Braga —
— Adolpho Franco — Mello Bra-
ga — Celso Ramos — Antônio
Carlos — Attilio Fontana — Gui-
do Mondin — Daniel Krieger —
Mem de Sá.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Mesquita — ARENA;
Nosser Almeida — ARENA; Ruy
Lino — MDB; Wanderley Dantas
— ARENA.

Amazonas

Abrahão Sabbá — ARENA; Joel
Ferreira — MDB; José Esteves —
ARENA; José Lindoso — ARENA;
Leopoldo Peres — ARENA; Rai-
mundo Parente — ARENA.

Pará

Adriano Gonçalves — ARENA;
Armando Carneiro — ARENA;
Armando Corrêa — ARENA; Ga-
briel Hermes — ARENA — João
Menezes — MDB; Juvêncio Dias
— ARENA; Martins Júnior —
ARENA.

Maranhão

Alexandre Costa — ARENA;
Américo de Souza — ARENA;
Emílio Murad — ARENA; Eurico
Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz
— MDB; Henrique de La Rocque
— ARENA; Ivar Saldanha —
ARENA; José Burnett — MDB;
José Marão Filho — ARENA; Nu-
nes Freire — ARENA; Pires Sa-
boia — ARENA; Raimundo Bo-
gêa — ARENA; Temistocles Tel-
xeira — ARENA; Vieira da Silva
— ARENA.

Piauí

Ezequias Costa — ARENA;
Fausto Castelo Branco — ARF-
NA; Heitor Cavalcanti — ARE-
NA; Joaquim Parente — ARENA;
Milton Brandão — ARENA; Pau-
lo Ferraz — ARENA; Sousa San-
tos — ARENA.

Ceará

Alvaro Lins — MDB; Delmiro
Oliveira — ARENA; Dias Macedo
— ARENA; Edilson Melo Távora
— ARENA; Ernesto Valente —
ARENA; Figueiredo Corrêa —
MDB; Flávio Marcílio — ARENA;
Furtado Leite — ARENA; Hum-
berto Bezerra — ARENA; Jonas
Carlos — ARENA; Josias Gomes
— ARENA; Leão Sampaio —
ARENA; Manuel Rodrigues —
ARENA; Ossian Araripe — ARE-
NA; Paes de Andrade — MDB;
Régis Barroso — ARENA; Vicente
Augusto — ARENA; Virgílio Tá-
vora — ARENA; Wilson Roriz —
ARENA.

Rio Grande do Norte

Aluizio Bezerra — ARENA;
— Djalma Marinho — ARENA;
Grimaldi Ribeiro — ARENA; Jes-
sé Freire — ARENA; Theodorico
Bezerra — ARENA; Vingt Rosado
— ARENA.

Paraíba

Humberto Lucena — MDB;
Janduhy Carneiro — MDB; José
Gadelha — MDB; Monsenhor Vi-
eira — ARENA; Petrónio Figuei-
redo — MDB; Renato Ribeiro —
ARENA; Teotônio Neto — ARE-
NA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA;
Alde Sampaio — ARENA (SE);
Antônio Neves — MDB; Aurino
Valois — ARENA; Carlos Alberto
Oliveira — ARENA; Dias Lins —
ARENA (ME); Geraldo Guedes —
ARENA; Heráclio do Rêgo —
ARENA; João Lyra Filho — MDB;
João Roma — ARENA; Josias Lei-
te — ARENA; Magalhães Melo —
ARENA; Milvernes Lima —

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Assinatura Via Superfície

Semestre NCr\$ 20,00
Ano NCr\$ 40,00

Assinatura Via Aérea

Ano NCr\$ 80,00
Semestre NCr\$ 40,00

Número avulso NCr\$ 0,20

O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02

Tiragem: 25.000 exemplares

ARENA; Paulo Maciel — ARENA;
Tabosa de Almeida — ARENA;
Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Djalma Falcão — MDB; Luiz
Cavalcante — ARENA; Medeiros
Neto — ARENA; Oceano Carleial
— ARENA; Pereira Lúcio —
ARENA; Segismundo Andrade —
ARENA.

Sergipe

Arnaldo Garcez — ARENA;
Augusto Franco — ARENA; José
Carlos Teixeira — MDB; Luis
Garcia — ARENA; Passos Pôrto
— ARENA; Raimundo Diniz —
ARENA.

Bahia

Alves Macedo — ARENA; Ci-
cero Dantas — ARENA (SE);
Clodoaldo Costa — ARENA; Ed-
gard Pereira — MDB; Edwaldo
Flóres — ARENA; Fernando Ma-
galhães — ARENA; Hanequim
Dantas — ARENA; João Alves —
ARENA; João Borges — MDB;
Josaphat Azevedo — ARENA
(SE); José Penedo — ARENA;

Luís Athayde — ARENA; Luiz
Braga — ARENA; Luna Freire —
ARENA (P); Manso Cabral —
— ARENA — Manuel Novaes —
ARENA; Neci Novaes — ARENA;
Ney Ferreira — MDB; Odulfo Do-
mingues — ARENA; Oscar Car-
doso — ARENA; Raimundo Brito
— ARENA; Régis Pacheco —
MDB; Rubem Nogueira —
ARENA; Ruy Santos — ARENA;
Theódulo de Albuquerque —
ARENA; Tourinho Dantas —
ARENA; Vasco Filho — ARENA;
Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Dirceu Cardoso — MDB; Feu
Rosa — ARENA; Floriano Rubin
— ARENA; João Calmon —
ARENA; Oswaldo Zanello —
ARENA; Parente Frota —
ARENA; Raimundo de Andrade
— ARENA.

Rio de Janeiro

Afonso Celso — MDB; Alair
Ferreira — ARENA; Altair Lima
— MDB; Amaral Peixoto — MDB;
Daso Coimbra — ARENA; Dayl
de Almeida — ARENA; Edgard de

Almeida — MDB; José Saly —
ARENA; Luiz Braz — ARENA;
Mário de Abreu — ARENA; Má-
rio Tamborindeguy — ARENA;
Rockefeller Lima — ARENA;
Raymundo Padilha — ARENA;
Rozendo de Souza — ARENA.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB;
Ary Valadão — ARENA; Benedito
Ferreira — ARENA; Emival Caia-
do — ARENA; Jales Machado —
ARENA; Joaquim Cordeiro —
ARENA; José Freire — MDB;
Lisboa Machado — ARENA; Re-
zende Monteiro — ARENA; Wil-
mar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Edyl Ferraz — ARENA; Garcia
Neto — ARENA; Gastão Müller
— ARENA; Marcílio Lima —
ARENA; Nelson Benedito —
ARENA; Saldanha Derzzi —
ARENA.

Paraná

Accioly Filho — ARENA; Agos-
tinho Rodrigues — ARENA; Al-
berto Costa — ARENA; Alípio

Carvalho — ARENA; Antônio Anibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cid Rocha — ARENA; Emilio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Hamilton Magalhães — ARENA; Haroldo Leon-Peres — ARENA; Henio Romagnolli — ARENA; José-Carlos Leprevost — ARENA; José Richa — MDB; Justino Pereira — ARENA; Lyrio Bertolli — ARENA; Maia Neto — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Carneiro Loyola — ARENA; Genésio Lins — ARENA; Joaquim Ramos — ARENA; Lenoir Vargas — ARENA; Osni Regis — ARENA; Romano Massignan — ARENA.

Rio Grande do Sul

Adylio Viana — MDB; Alberto Hoffmann — ARENA; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunsler — ARENA; Arnaldo Prietto — ARENA; Ary Alcântara — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Euclides Triches — ARENA; Jairo Brun — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Nadir Rosseti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA.

Amapá

Janary Nunes — ARENA.

Rondônia

Nunes Leal — ARENA.

Guanabara

Amaral Neto — ARENA; Amauri Kruehl — MDB (SE); Arnaldo Nogueira — ARENA; Cardoso de Menezes — ARENA; Erasmo Martins Pedro — MDB; Lopo Coelho — ARENA; Mendes de Moraes — ARENA; Nelson Carneiro — MDB; Pedro Faria — MDB; Rafael Magalhães — ARENA; Rubem Medina — MDB; Veiga Brito — ARENA.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Aquiles Diniz — MDB; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bías Fortes — ARENA; Dnar Mendes — ARENA; Edgar Martins Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Gilberto Almeida — ARENA; Guilherme Machado — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Israel Pinheiro Filho — ARENA; Jaeder Albergaria — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Maria Alkmim — ARENA; Luís de Paula — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Monteiro de Castro — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Nogueira de Resende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Pedro Vidigal — ARENA; Pinheiro Chagas — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Rondon Pacheco — ARENA; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Último de Carvalho — ARENA; Walter Passos — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Alceu de Carvalho — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Aniz Badra — ARENA; Antônio Feliciano — ARENA; Armindo Mastrocolla — ARENA; Athiê Couri — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Bezerra de Melo — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Broca Filho — ARENA; Cantidio Sampaio — ARENA; Dias Menezes — MDB; Edmundo Monteiro — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Franco Montoro — MDB; Hamilton Prado — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Italo Fittipaldi — ARENA; José Resegue — ARENA; Lacorte Vitale — ARENA; Lauro Cruz — ARENA; Levi Tavares — ARENA; Nazir Miguel — ARENA; Ortiz Monteiro — ARENA; Paulo Abreu — ARENA; Pedro Marão — MDB; Pedroso Horta — MDB; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Ruydalmeida Barbo-

sa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Compõem a Mesa, à direita do Sr. Presidente João Cleofas, o Sr. Deputado Geraldo Freire, Presidente da Câmara dos Deputados, e os Srs. Senadores Fernando Corrêa e Paulo Torres, respectivamente 1.º e 3.º-Secretários; à esquerda, os Srs. Senadores Edmundo Levi e Manoel Villaga, respectivamente 2.º e 4.º-Secretários.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Anuncio o início das solenidades de instalação dos trabalhos da 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura do Congresso Nacional, a primeira das quais consiste na prestação de continência ao Poder Legislativo por unidades militares formadas defronte deste Palácio.

Convido S. Exa. o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, os Senhores Deputados e Senadores a participarem desta cerimônia.

Está suspensa a Sessão.

(A Sessão é suspensa às 15 horas e 10 minutos e reaberta às 15 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Está reaberta a sessão.

Convido o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal a tomar assento à Mesa. (Pausa.)

Toma lugar à Mesa, à esquerda do Sr. Presidente, o Sr. Ministro Oswaldo Trigueiro, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Declaro inaugurados os trabalhos de instalação da 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura do Congresso Nacional.

Neste momento é executado o Hino Nacional, ouvido de pé por todos os presentes. A tropa, no exterior, presta as continências de estilo. É hasteada a Bandeira Nacional nos mastros das duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Acha-se presente na Casa o Sr. Ministro Extraordinário para assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, portador da mensagem presidencial.

Designo os Srs. Diretores Gerais das duas Casas do Congresso para introduzir S. Exa. no recinto e acompanhá-lo até à Mesa a fim de que faça a entrega da referida mensagem.

Convido S. Exa. para, logo após, ocupar o lugar destinado a S. Exa. no plenário. (Pausa.)

Comparece S. Exa., faz entrega da Mensagem e vai ocupar o lugar reservado a S. Exa. no plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

— Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Srs. Ministros de Estado, Sr. Governador do Distrito Federal, Sr. Arcebispo de Brasília, Srs. Representantes Diplomáticos de países amigos, autoridades civis e militares, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o Presidente do Congresso Nacional saúda a todos os nobres representantes, formulando os votos mais sinceros de ventura pessoal e êxito nos trabalhos que ora se iniciam.

Homem público, desde a juventude, tenho, pela longa e densa experiência vivida na atividade política, as melhores condições para, desta cadeira, consignar a importância, a significação e a necessidade da classe política, no funcionamento de um sistema de governo que persiga o ideal democrático. Tantas vezes incompreendida, senão mesmo injustiçada, não há negar, porém, que a classe política constitui o suporte básico para todas as reformulações em favor dos interesses da Pátria e do Povo. (Muito bem!)

Pela nossa vocação e pela reiterada palavra e o firme propósito do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, estamos todos convocados à tarefa do restabelecimento pleno do regime democrático. Esta tarefa se me afigura como um verdadeiro desafio ao espírito público, à inteligência, ao descortino e à nossa compreensão, especialmente daqueles que,

como nós, exercem mandato de representação popular.

Em passado recente, missão análoga não logrou êxito. Neste passo, entretanto, não nos será lícito deixar de perseguir e obter a vitória. A fórmula para alcançá-la não será, estou convicto, a desavisada contestação do regime, através da ação negativista e da atuação revisionista, e, sim, a atividade paciente e prudente de esclarecimento, o trabalho construtivo, eficiente e obstinado, capazes de imprimir autoridade legítima à decisão nossa de cumprir o destino do povo brasileiro de amor à liberdade. Cumpre-nos, porém, afastar o perigo de confundir a com formas de organização social, econômica e política em cujo cerne aquele amor é mero pretexto para o estabelecimento de regimes totalitários, negadores, em essência, da dignidade da pessoa humana e de seus mais sagrados direitos.

O nosso desenvolvimento, Srs. Congressistas, tem de ser orientado pelo estímulo à ordem e à segurança e nunca pela violência e pelo crime, delegados que somos de um povo em que a absoluta predominância é o sentimento cristão.

Nessa ordem de pensamento, estou seguro de interpretar os mais vivos sentimentos da representação nacional, ao manifestar nosso repúdio aos atos de terrorismo que, pelo crime, vêm maculando as melhores tradições da nossa vida pública a par da herança trágica de dor e de luto que têm deixado em inúmeros lares da família brasileira. (Palmas.) Esse repúdio é tanto mais veemente quanto sincero é o respeito que nos merece a Oposição legítima, daqueles que se opõem ao Governo com as armas consagradas na Lei e as mesmas inspirações do mais puro patriotismo que guiam os atos dos que apoiamos o Governo.

De fato, os dias difíceis que atravessamos exigem de quem é chamado a presidir o Congresso Nacional uma clara distinção do que seja oposição ao Governo — indispensável à manutenção e ao aperfeiçoamento da Democracia — e oposição ao regime, ou seja a contestação através do assalto e da destruição, que não podem nem devem ser tolerados. Estou certo, de resto, que essa é a preocupação predominante entre todos nós, Srs. Congressistas.

Cabe ao Congresso Nacional — falando, advertindo, debatendo e votando — cuidar para que esta distinção se faça, na prática, de modo a que não se sufoque a oposição legítima sob o pretexto de combater aquela outra, criminosa; (palmas) nem se cometa o erro, não menor, de se tolerar a segunda, na ilusão de se estar preservando a primeira.

Srs. Congressistas, há de nos caber, ainda, nesta sessão legislativa, dar implemento a numerosos dispositivos da Emenda Constitucional n.º 1, criando, através de diplomas legais por nós elaborados, reais condições à ordem jurídica em vigor. Este mister permitirá, a par daquela implementação, alcançar os instrumentos ideais para o aperfeiçoamento do regime.

Senhores Congressistas, como, certamente, já percebestes, defino-me, nesta hora, por uma ação política gradualista, toda ela voltada para o futuro, livre dos desencantos e frustrações do passado.

Seremos, também, neste ano, chamados a discutir e votar um extenso elenco de projetos de codificação cujo preparo ocupa as atenções do Poder Executivo e cuja aprovação representará a atualização de importantes ramos do nosso direito positivo, com fundas repercussões na vida social e econômica do País.

Finalmente, ano político por excelência, 1970 fará das duas Casas do Congresso Nacional o cenário mais

nobre dos debates que hão de anteceder às decisões eleitorais.

Estejamos preparados para tão importantes e urgentes tarefas, pois que do bom resultado delas vai depender não

só a afirmação da classe política mas, acima de tudo, o destino da democracia que nos cabe, em magna parte, conduzir, defender e garantir em terras do Brasil. **(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)**

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Convido o Sr. 1.º-Secretário a proceder à leitura da Mensagem Presidencial.

É lida a seguinte

Mensagem ao Congresso Nacional

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Não mais se contestam os êxitos logrados, em sua obra renovadora, pelo processo revolucionário, em marcha faz hoje exatamente seis anos. A continuidade desse processo não é, pois, algo em que meramente se consinta, porém algo que a opinião comum na realidade deseja. Pela conquista, assim efetuada, dos espíritos, a idéia de direito, que inspirou a decisão política de 31 de março de 1964, estabeleceu em terreno sólido os fundamentos de sua positividade.

Ganhou a consciência popular a noção de que o regime em vigor, pleno de vitalidade e dinamismo, quer plasmar ordem jurídica e social que, sem repudiar totalmente as categorias tradicionais, se ajuste às exigências de uma sociedade que, como a nossa, vive sob o signo da mudança. Somente por esse meio será possível fortalecer e consolidar, em nosso País, a coesão social, de que ele necessita para resolver com tranqüilidade e segurança os problemas do presente e as dificuldades do futuro.

Se não se repudia, de modo total, como instrumento de promoção da coesão social, a democracia política ou clássica, não pode esta, contudo, ser mantida, para aquele objetivo, segundo o seu antigo e tradicional estilo. Não sendo fim em si mesma, senão simples processo ou caminho mediante o qual se procura realizar determinado fim, a democracia é fórmula que tem de evoluir, acompanhando a evolução social.

Esquema democrático modelado com o propósito de tutelar direitos individuais, não poderia, assim, ser convenientemente utilizado, sem modificações, para proteger os direitos sociais. Isto porque, como é corrente, o direito individual se resolve em faculdade cuja realização se deixa ao próprio indivíduo, ao passo que o direito social nasce precisamente do reconhecimento de que o indivíduo só, por suas próprias forças, não pode alcançar aquilo a que se acha intitulado por sua condição de homem, necessitando, para isso, ao contrário, o concurso governamental.

O direito social, em vez de atingível mediante abstenção do poder público, cria para este o dever de intervir em quase todos os domínios, de modo a satisfazer às pretensões de bem-estar coletivo que lhe são formuladas. A expansão das funções do Estado, imposta pela necessidade de assegurar os postulados da justiça social, faz parte, desse modo, da filosofia política de todos os países, cujas instituições, em razão disso, se transformam inevitavelmente, ou pela violência ou pelo trabalho pacífico de revolução silenciosa.

O intervencionismo estatal não se caracteriza, entretanto, unicamente pela distensão, cada vez maior, do seu

campo de incidência, mas ainda pela forma segundo a qual a ação do poder público se desenvolve. A complexidade crescente da vida moderna obriga, realmente, a que se abra espaço sempre mais largo à competência discricionária da administração, a fim de se assegurar aos mecanismos estatais mais agilidade de movimentos e maior eficiência no desempenho de suas tarefas. A liberdade que a administração adquire, pelo acréscimo do seu poder discricionário, reflete-se, contudo, na liberdade individual, cujos limites, ao menos, se tornam imprecisos, quando envolvidos na zona cinzenta de juízos informados pela conveniência administrativa.

Cumprindo conciliar, no entanto, os direitos individuais com os denominados direitos do poder, cumpre, também, que o novo centro de gravidade da nossa ordem política assente em modelo democrático que, superando os padrões da democracia clássica ou liberal, garanta ao homem os seus novos direitos, sem prejuízo dos valores sob cujo apelo se formou, dentro dos horizontes do mundo ocidental, a cultura brasileira.

A elegância das fórmulas pelas quais se procura, em nossos dias, resolver esse difícil problema deve juntar-se, porém, como elemento imprescindível para que se introduza na sociedade novo estilo democrático, a integração de todos no esforço do Governo para a realização dos objetivos sociais. Imperioso é que, fazendo causa comum com a autoridade pública, as forças vivas da nacionalidade tragam, sem outro interesse que o do bem comum, a sua contribuição para que se elaborem adequadamente e se executem com eficiência os programas e diretrizes governamentais destinados a promover e sustentar a prosperidade do País e a dar a cada um aquilo que, como pessoa, tem o direito de esperar e exigir.

A esse esforço não faltará, por certo, em grau eminente, aquele que, pelo seu nobre ofício, o Congresso Nacional possui juntamente o direito e o dever de prestar, como representante direto do povo. A par da contribuição que, no exercício de sua competência, dará, com discernimento e prudência, à tarefa legiferante do terceiro Governo da Revolução, o Poder Legislativo desempenhará, certamente, com patriotismo e espírito público, as suas demais e relevantes funções. Entre estas, consoante lugar comum da teoria política, não é de importância somente a função pedagógica ou educativa, que o grande colégio político, formado pelo Congresso Nacional, pode e deve exercer com a maior eficácia, mediante a prática efetiva e real das virtudes cívicas, que se requerem dos condutores de homens.

Disposto a cumprir, até o limite das minhas forças, os deveres do meu cargo, estou firmemente persuadido de que poderei contar, para o êxito da missão histórica

que, nesta quadra de vida nacional, o Governo da República tem o indeclinável encargo de realizar, com a plena e eficiente colaboração dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Pensando dessa maneira é que tenho a honra de encaminhar a Vossas Excelências esta Mensagem, mediante a qual dou cumprimento ao disposto no art. 81, item XXI, da Constituição Federal.

Brasília, 31 de março de 1970. — **Emílio Garrastazu Médici.**

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A preservação das conquistas básicas dos dois primeiros Governos da Revolução e a implantação de um processo permanente de planejamento governamental exprimem e marcam a continuidade da missão revolucionária.

Dentro dessa filosofia de continuidade e aperfeiçoamento, o terceiro Governo da Revolução não procederá, de imediato, à elaboração de novo plano global, permanecendo em vigor, os programas e projetos já aprovados, naquilo que não fôr modificado pelas "Metas e Bases para a Ação de Governo", a serem próximamente anunciadas.

Entre as funções principais do documento, que não constituirá novo plano, inclui-se a de definir o conjunto das ações governamentais, notadamente na área das grandes prioridades, a fim de não haver descompasso entre a formulação de projetos e a sua implementação. Evitar-se-á, assim, a dispersão de esforços em novos projetos, antes da conclusão de outros que estejam em marcha, principalmente quando aqueles não revelem prioridade em relação a estes.

O Governo encaminhará ao Congresso Nacional o novo Orçamento Plurianual de Investimentos, a ter vigência no triênio 1971/1973 e passível de revisão anual, até para acréscimo de mais um ano em substituição ao exercício executado, a fim de manter sempre um horizonte de três anos para a programação das despesas de capital. Deverá, outrossim, ser encaminhado ao Congresso, em 1971, o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para vigência no período de 1972/1974.

Consoante os Atos Complementares n.ºs 45 e 76, de 1969, fica, por essa forma, estabelecida a sistemática segundo a qual cada governo executará o último ano do Plano Nacional de Desenvolvimento, com as correções que julgar necessárias, e preparará o seu próprio plano, cuja duração se estenderá até o primeiro ano do mandato presidencial seguinte.

A estratégia do Governo para o quadriênio 1970/1973 prevê taxa mínima de crescimento do Produto Interno Bruto entre 7% e 9%, com a orientação de coduzir a economia brasileira para uma expansão dinâmica da ordem de 10% ao ano, desde que assegurado o caráter auto-sustentável do processo. Isso colocaria o Brasil entre os países que mais crescem atualmente, no mundo desenvolvido e subdesenvolvido.

A fim de que o País obtenha maiores vantagens do crescimento previsto, pretende-se manter o esforço sistemático de redução progressiva da inflação, de forma a possibilitar a relativa estabilidade de preços, com taxa

de inflação de, no máximo, 10% ao ano, a ser atingida ainda no atual Governo.

Para alcançar o crescimento previsto, estima-se um investimento bruto fixo anual cuja taxa, em relação ao Produto Interno Bruto, se eleve ao nível de 18 a 20%, ou seja, volume anual de investimentos entre NCr\$ 36 e NCr\$ 43 bilhões (a preços de 1970), associado a substancial incremento de progresso tecnológico nos métodos e processos de produção, especialmente no que concerne à agricultura.

Esse nível de investimentos permitirá que a taxa de expansão do emprego se eleve de 2,8%, verificada ultimamente, a 3,5%, em 1973, contribuindo para reduzir o desemprego estrutural existente em segmentos das atividades urbanas e rural e dando oportunidade de colocação a toda a mão-de-obra adicional que se deverá incorporar ao mercado de trabalho.

Não abdicará, porém, o Governo da sua atual política de austera contenção de gastos públicos, principalmente os de custeio burocrático-administrativo. Evitar-se-á a elevação de impostos e a criação de novos ônus para o setor privado, dentro do propósito de dar a este condições de expansão satisfatórias. O empresariado nacional, inclusive na condição de pequena e média empresa, receberá apoio direto, nos setores em que revelar condições efetivas ou potenciais, para desenvolver-se ou naqueles em que convier ao interesse nacional.

POLÍTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA

FAZENDA

Os resultados obtidos em 1969 no campo econômico e financeiro foram bastante satisfatórios, principalmente no que se refere aos objetivos de crescimento do produto (9%, segundo a estimativa da Fundação Getúlio Vargas) e ao aumento das reservas (561 milhões de dólares), havendo sido largamente superadas as previsões. No tocante à redução do processo inflacionário, fenômenos climáticos desfavoráveis, como a estiagem e a geadas, além da lamentável enfermidade e o conseqüente desaparecimento do ilustre Presidente Arthur da Costa e Silva, não permitiram resultados mais compensadores. O índice geral de preços — disponibilidade interna — elevou-se de 20% contra 26% em 1968, devido sobretudo à forte alta dos preços agrícolas, decorrente daqueles fatores climáticos.

A estimativa do crescimento do Produto Interno Bruto, da ordem de 9%, feita pela Fundação Getúlio Vargas, baseia-se no crescimento do produto agrícola em torno a 7% e na variação da produção industrial em níveis superiores a 10%. Isto representa sensível aceleração em nosso processo de desenvolvimento, pois a taxa média dos últimos vinte anos, a esse respeito, se situa em torno a 6% e, em 1968, atingiu-se a 8,4%.

Esse crescimento efetuou-se com a mais intensiva utilização da capacidade produtiva e um incremento nos investimentos. As emissões de capital das sociedades anônimas elevaram-se de 83%, sendo que as subscrições em dinheiro cresceram 30%. As importações de equipamentos, que representam investimentos, aumentaram de 16%.

A produção industrial expandiu-se satisfatoriamente em todos os setores, sendo de assinalar que a de automóveis cresceu em 47%. As vendas de eletrodomésticos elevaram-se em 10% e as de eletrônico-domésticos, em 11%. A produção dos principais insumos industriais acompanhou essa evolução, tendo a de aços em lingote aumentado, aproximadamente, de 11% e o consumo industrial de energia elétrica, de 12%.

No setor agrícola, apesar da adversidade das condições climáticas, a produção apresentou crescimento de 7%, em decorrência da elevação das safras de café (+ 38%), soja (+ 46%), trigo (+ 36%), cacau (+ 15%) e algodão (+ 8%). As estiagens que assolaram São Paulo e os Estados Centrais afetaram a produção dos gêneros alimentícios e as geadas fizeram sentir seus efeitos sobre os produtos hortigranjeiros, não atingindo a produção cafeeira deste ano, mas reduzindo o seu potencial de produção nos próximos.

No combate ao processo inflacionário, os resultados, mesmo não havendo sido inteiramente satisfatórios, conforme se assinalou, revelam sensível avanço em relação ao ano anterior. Os indicadores mais gerais evidenciam uma diminuição nas variações de preços de 1969 da ordem de 20% em relação a 1968. A exceção ocorreu no custo de vida, exclusivamente em decorrência da elevação dos preços dos produtos de alimentação, pelos fatores apontados.

PRINCIPAIS INDICADORES DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS

(variações percentuais de dezembro a dezembro)

Índices	1968	1969
Índice geral de preços		
— Oferta global	25,5	21,4
— Disponibilidade interna	25,5	20,1
Índice de preços por atacado		
— Oferta global	25,1	21,6
— Produtos agrícolas	16,4	31,9
— Produtos industriais	34,3	14,8
— Disponibilidade interna	24,2	19,2
— Alimentação	21,7	29,0
Matérias-primas (não alim.) ..	20,8	15,7
Custo de vida		
— São Paulo	26,1	22,6
— Porto Alegre	21,2	19,6
— Belo Horizonte	27,4	22,2
— Guanabara	24,0	24,2
— Alimentação	17,7	30,9
— Vestuário	24,2	16,8
— Habitação	31,4	22,2
— Saúde e Higiene	30,1	16,6

Foram os mais expressivos os resultados no setor externo. As exportações brasileiras aceleraram o seu ritmo de expansão, tendo crescido 14% em 1968 e 20% em 1969, graças a uma política dinâmica de estímulos. A exportação de manufaturados, beneficiada de forma mais direta pelos incentivos, apresentou aumento acima da média; os minérios mantiveram o seu acentuado crescimento; e, entre os produtos agrícolas, evidenciou-se a exportação de algodão. O café apresentou pequena elevação.

As importações, após o crescimento de 20% que se verificou no ano anterior, expandiram-se menos acentuadamente, havendo crescido, no global, em 6%. A variação de sua composição foi positiva, porém, tendo-se registrado

maior crescimento na importação de equipamentos e manufaturas, com sensível redução na de gêneros alimentícios e bebidas.

Com esse comportamento do comércio externo, no qual as exportações atingiram 2.260 milhões de dólares e as importações alcançaram 1.960 milhões de dólares (FOB), a balança comercial apresentou um saldo de 300 milhões de dólares. Considerados os serviços e as movimentações de capital, a balança de pagamentos revelou superavit da ordem de 561 milhões de dólares, elevando, assim, substancialmente, as nossas reservas de divisas, conforme já se deixou assinalado.

Os instrumentos da política fiscal foram utilizados para criar condições tendentes a acelerar o desenvolvimento, diminuir as tensões inflacionárias e elevar as reservas de divisas.

Com relação ao crescimento da economia, atuou-se em três áreas principais: 1) correção de algumas distorções observadas no setor privado, pela implementação das correções de capital de giro e outros ativos, incentivo às incorporações de reservas, ajustamento dos prazos de recolhimento, reduções de algumas alíquotas, parcelamento do pagamento de débitos fiscais, além de outras medidas; 2) incentivo à exportação, ampliando-se sensivelmente os benefícios ao setor exportador, principalmente dos manufaturados; 3) ampliação da renda disponível dos consumidores, pela restituição automática dos excessos de arrecadação do Imposto de Renda, postergação das parcelas do mesmo imposto vencíveis nos últimos meses do ano e preparo das restituições dos depósitos compulsórios cobrados nos exercícios anteriores.

Com o melhor aparelhamento da máquina fiscal da União, a adoção de métodos administrativos mais atualizados, o maior senso de responsabilidade dos contribuintes e um bom comportamento da economia, foi possível apresentar um crescimento de, aproximadamente, 36% da receita arrecadada, o qual se revelou mais acentuado nos impostos diretos.

RECEITA ARRECADADA DA UNIÃO

(Em milhões de cruzeiros novos)

Tributos	1967	1968	1969	Variação %	
				68/67	69/68
Renda	1.611,2	2.170,1	3.597,5	34,7	65,8
I.P.I.	2.806,8	5.050,7	6.357,5	80,0	25,9
Importação ..	369,8	833,0	1.115,3	125,3	33,9
I.U.L.C.L.G. ..	1.069,0	1.574,2	2.249,5	44,8	42,9
I.U.E.E.	118,9	155,4	216,6	30,7	39,4
Outros	838,4	492,0	416,7	— 41,3	— 15,3
Total	6.814,1	10.275,4	13.953,1	50,8	35,8

Fontes: Banco do Brasil S.A. e C.P.F.

A despesa sofreu uma elevação de apenas 28% e, havendo sido menor que o aumento do Produto Interno Bruto, daí resultou que a participação dos gastos do Governo Federal, como percentagem do produto, declinou entre 1968 e 1969. Obteve-se isso, mesmo com a redução do montante de diferimentos previstos para o exercício e o atendimento, mediante créditos adicionais, de algumas despesas de caráter prioritário.

Com tal comportamento da Receita e da Despesa, o deficit, previsto em 1.200 milhões de cruzeiros novos, foi reduzido para 756 milhões, o que representa apreciável avanço na política de combate à inflação.

Comparativamente ao ano anterior, o deficit de caixa acusa substancial redução, como se pode ver pelas suas relações percentuais com o Produto Interno Bruto (PIB), a Receita e a Despesa, referentes aos dois últimos anos:

Relações Percentuais	1968	1969
Deficit/PIB	1,2	0,6
Deficit/Receita	11,9	5,4
Deficit/Despesa	10,7	5,1

São de realçar, ainda, os meios não inflacionários utilizados no financiamento do deficit, que se efetuou mediante a captação de recursos junto ao público, pela colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

FINANCIAMENTO DO DEFICIT

Recursos	1968	1969
Autoridades Monetárias	1.079	1.025
Público	148	1.781
Deficit	1.227	756

A política monetária e creditícia foi exercida em 1969 com muita flexibilidade, adaptando-se de contínuo às necessidades conjunturais da economia. Os meios de pagamento expandiram-se em 30,6%, tendo-se verificado um aumento líquido de 1.300 milhões de cruzeiros novos no meio circulante.

Com a redução do deficit para 756 milhões de cruzeiros novos e a excepcional colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, alteraram-se totalmente as causas da expansão dos meios de pagamento. Em 1969, as responsabilidades principais couberam à formação das reservas de divisas e ao financiamento do setor privado.

Os empréstimos bancários no setor privado aumentaram de 42,0%, sendo 53,6% no Banco do Brasil S.A. e 36,6% nos demais estabelecimentos. Os crescimentos dos depósitos do público foram mais moderados: 34,6% no Banco do Brasil S.A. e 25,7% nos demais. A maior expansão das aplicações tornou-se possível em decorrência da entrada de recursos do exterior, principalmente pelos mecanismos da Instrução n.º 289 e da Resolução n.º 63, além de maior assistência do Banco Central.

Essa expansão não se realizou, todavia, uniformemente no decurso do ano. No primeiro semestre, registrou-se expansão menos acentuada e, em meados do ano, diante do crescimento observado na economia, promoveram as autoridades a redução do depósito compulsório por meio da Resolução n.º 123, objetivando, assim, fazer

face ao aumento da produção programada para o final do exercício.

Verificou-se, no transcorrer de 1969, acentuado esforço com a finalidade de reduzir as taxas de juros. Por um lado, a Resolução n.º 114 do Banco Central estabeleceu os juros máximos a serem cobrados pelos bancos nas diversas faixas de financiamento, o que foi acompanhado por uma redução de taxas em todo o mercado financeiro. Por outro lado, a formidável expansão do mercado acionário, em resposta aos estímulos que vinham sendo estabelecidos pela legislação fiscal e pelas autoridades monetárias, permitiu o acesso de novas empresas ao mercado de capitais, reduzindo as pressões sobre os bancos.

Papel de relêvo desempenharam também as operações de mercado aberto, intensificadas durante o ano e já consagradas como novo instrumento no controle da expansão monetária, sem afetar os custos bancários, além de proporcionar recursos não inflacionários às autoridades.

O sistema de taxas flexíveis de câmbio continuou a ser utilizado e, durante o ano, as desvalorizações somaram 13,5%, com ótimos resultados. Não se observou flutuação de vulto na área cambial, como as que ocorriam antes da instituição das taxas flexíveis.

A manutenção de paridade realista do cruzeiro em relação ao dólar, somada aos incentivos, elevou as exportações ao nível de US\$ 2.260 milhões, proporcionando um saldo de US\$ 300 milhões na balança comercial (importação FOB), conforme já se indicou.

Também os ingressos de capitais financeiros revelaram-se substanciais, atingindo cifras em torno de US\$ 800 milhões e permitindo que a balança de pagamentos proporcionasse acumulação líquida de divisas de US\$ 561 milhões de dólares, como foi também mencionado.

BALANÇA DE PAGAMENTOS

(Em milhões de dólares)

DISCRIMINAÇÃO	1968 / 1969		
1 — Mercadorias	+	26	+ 300
Exportação (FOB)	+	1.881	+ 2.260
Importação (FOB)	-	1.855	- 1.960
2 — Serviços e Transferências de Recursos Privados (exclusive rendas de capitais)	-	272	- 235
Viagens (líquido)	-	41	- 47
Transportes e Seguros (líquido)	-	72	- 28
Governamentais (líquido)	-	63	- 60
Outros Serviços (líquido)	-	96	- 100
3 — Rendas de Capitais (líquido)	-	279	- 240
4 — Amortizações	-	484	- 450
FINANCIAMENTO			
I — Transferências de Recursos Oficiais (líquido)	+	17	+ 14
II — Investimentos Diretos (líquido) ..	+	109	+ 120
III — Empréstimos e Financiamentos ..	+	553	+ 800
IV — Outros Capitais (líquido)	+	320	+ 300
V — Erros e Omissões	+	42	- 48
VI — Resultado da Balança de Pagamentos	-	32	- 561

Com vistas à adequação dos instrumentos de política econômica às mutações observadas na economia brasileira, foram introduzidas em 1969 algumas alterações institucionais de importância. Entre as de maior expressão, são de mencionar: o início da implantação das operações de mercado aberto, a reestruturação do Conselho de Política Aduaneira, a reorganização do Conselho Monetário Nacional e as providências para a unificação das Caixas Econômicas Federais.

O Banco Central, mediante a utilização das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional de curto prazo, já vem operando no mercado aberto, com o objetivo de complementar os principais instrumentos de controle monetário e creditício, que são os redescontos e os depósitos compulsórios. O novo instrumento mostra-se flexível e já permitiu a absorção de recursos que poderiam ter acelerado as tensões inflacionárias; deverá, porém, sofrer ainda aperfeiçoamentos, principalmente no sentido de sua simplificação.

A reestruturação do Conselho de Política Aduaneira resultou da necessidade de adequar um instrumento eficaz ao atual estágio de nosso desenvolvimento industrial. As novas atribuições do órgão compreendem a formulação das diretrizes básicas da política tarifária e a coordenação interna de negociações tarifárias internacionais. Foi o Conselho colocado em nível interministerial, para maior flexibilidade e poder de atuação.

A reorganização do Conselho Monetário Nacional com a participação dos Ministérios da Agricultura e do Interior, em cujas áreas de atuação estão os Bancos Nacional de Habitação, do Nordeste do Brasil, da Amazônia e Nacional de Crédito Cooperativo, permitirá melhor coordenação dos organismos financeiros do Governo Federal.

Finalmente, a unificação das Caixas Econômicas Federais, além de corrigir distorções existentes e introduzir maior grau de racionalidade administrativa na organização e funcionamento daqueles órgãos, representa passo importante com o objetivo de canalizar as poupanças populares para projetos de maior repercussão no campo econômico e social.

TRANSPORTES

No setor de transportes, o objetivo fundamental a ser alcançado é assegurar a satisfação do conjunto de necessidades da Nação pelo menor custo para a economia. Para isso, está sendo implantada uma concepção unificada dos transportes nacionais com vistas a obter racional coordenação entre os sistemas federal, estaduais e municipais, bem como entre as diferentes modalidades de transportes existentes.

A ação governamental visará à superação das insuficiências qualitativas e quantitativas da infra-estrutura e da exploração, à redução dos custos reais dos serviços, à auto-suficiência econômica das empresas e ao funcionamento integrado e equilibrado do setor. Em particular, efetuando a concentração das dotações disponíveis nas obras prioritárias, é propósito do Governo obter maior produtividade na utilização dos recursos financeiros e

humanos e das instalações físicas, constituindo um de seus objetivos primordiais a redução progressiva dos déficits de operação de várias entidades, como as ferrovias e as empresas de navegação.

Tanto os investimentos na infra-estrutura, como a exploração dos serviços, reger-se-ão por critérios econômicos, ressaltando-se apenas necessidades imperiosas ligadas à segurança nacional e às obras de imprescindível caráter social. Os investimentos para atender ao desenvolvimento de áreas virgens serão considerados parte integrante de projetos agrícolas, extrativos ou de colonização.

Aos usuários será assegurada a liberdade de escolha da modalidade de transporte que mais convenha às suas necessidades, condicionada apenas a que os custos reais dos serviços prestados se reflitam nos preços pagos, em regime de eficiência.

No setor rodoviário, prosseguirá o Governo o programa prioritário em curso, objetivando, simultaneamente, o aperfeiçoamento da execução rodoviária, mediante a atualização dos Planos Diretores já elaborados e a obrigatoriedade da prévia preparação de estudos de viabilidade de projetos, definição de esquemas financeiros, controle de qualidade e de custos.

A implantação final da reorganização do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem será concluída, visando a eliminar a duplicação de serviços de conservação e construção rodoviárias. Programa de transferência gradual desses serviços aos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem será pôsto em prática, levando-se em consideração a respectiva capacidade técnica e administrativa.

Particular relevo será dado à preservação das rodovias, sob o duplo aspecto de conservação preventiva e de restauração da rede existente.

Nova formulação será desenvolvida para a política de contribuição dos usuários, tendo em vista aprimorar o sistema de taxas cobradas aos diferentes tipos de veículos, de modo que elas guardem proporção direta com o uso e efeitos que eles têm sobre a rede rodoviária.

No setor ferroviário, o principal objetivo da ação governamental será a redução do déficit operacional, numa taxa de 10 a 15% ao ano, por meio de melhor utilização da capacidade existente, a fim de, nas etapas seguintes, voltar-se para a expansão do sistema. Com esse objetivo, no decorrer do ano será concluído o atual programa de supressão de ramais antieconômicos, no total de ... 7.500 km, associado à concomitante redução de estações desnecessárias. No tocante a pessoal, prosseguir-se-á o programa, já em curso, de redução de efetivos, a fim de se atingir o nível de apenas 120.000 servidores para toda a Rede Ferroviária Federal. No campo operacional, será adotada política tarifária, ao mesmo tempo atuante e enérgica, com base nos custos dos respectivos serviços: simultaneamente, envidar-se-ão esforços no sentido do estabelecimento de integral coordenação da operação das ferrovias da Rede e das concedidas ao Estado de São Paulo, bem como no sentido da conclusão da estruturação das ferrovias daquela em sistema regionais. Tais medi-

das estão sendo acompanhadas de renovação do material rodante, de melhoria das linhas existentes e de construção de variantes, colimando-se com isso a melhor produtividade de todo o sistema.

No setor portuário, o esforço do Governo far-se-á sentir na descentralização administrativa, mediante a criação de sociedades de economia mista para, sob o regime de administração autônoma, serem plenamente responsáveis pela eficiente e econômica operação de cada porto. Reorganizar-se-á o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, a fim de que desempenhe as atribuições de planejamento geral dos investimentos e das atividades portuárias, bem como de fixação da política e controle tarifários.

A reformulação da contabilidade financeira e de custos será empreendida, tendo em vista proporcionar os elementos necessários à fixação de tarifas que deverão refletir o custo das instalações e dos serviços prestados.

Continuar-se-á, ainda, o programa, ora em desenvolvimento, de ampliação e melhoramento das instalações existentes e de reequipamento e dragagem dos principais portos, dando-se relevo à conclusão das obras dos terminais especializados para grãos e à construção de outros, com vistas ao aumento da produtividade.

No setor das vias navegáveis interiores, prosseguirão os estudos já contratados para o levantamento, em extensão e em qualidade, da rede fluvial brasileira, bem como do potencial de carga para o transporte fluvial. Simultaneamente, não serão interrompidas, nem sofrerão queda de ritmo, as obras de melhoria das condições de navegabilidade dos cursos de água onde a navegação deva desempenhar papel importante.

No setor da marinha mercante, todo o esforço será empregado na manutenção da atual política de maior participação da bandeira brasileira na navegação de longo curso e, conseqüentemente, nos fretes gerados pelo nosso comércio exterior; para isso, manter-se-á a participação das empresas privadas de navegação em associação com o Lóide Brasileiro. No tocante à navegação de cabotagem, dar-se-á seguimento à política de estímulo a fusão de pequenas empresas, de forma a obter-se efetividade e continuidade de linhas regulares ao longo de nosso litoral. No que diz respeito à construção naval, serão atualizados os estudos referentes à expansão de nossa frota mercante, tanto de longo curso como de cabotagem, tendo em vista a programação de novas encomendas, inclusive financiamentos para a construção de embarcações adequadas à navegação interior.

Menção especial merece neste capítulo a integração da região amazônica na economia nacional, como um dos objetivos prioritários do atual Governo.

Sua ação nesse sentido consistirá essencialmente na criação e expansão da infra-estrutura de transportes capaz de assegurar a ocupação racional da região, mediante o estabelecimento de programa integrado de colonização e de desenvolvimento regional.

Com esse fim, estará concluído, até 1974, um sistema rodoviário básico de apoio ao sistema fluvial existen-

te, visando a estimular a penetração e a fixação do homem naquele imenso território pátrio.

Para tanto, além da concretização do Plano de Navegação da Amazônia, será levado a efeito o asfaltamento da Belém—Brasília em etapas sucessivas; a conclusão da ligação Cuiabá—Pôrto Velho—Rio Branco—fronteira com o Peru; a integração da capital do Amazonas ao centro-sul através da ligação Pôrto Velho—Manaus; a conclusão da via que ligará Manaus—Caracará—Boa Vista, atingindo as fronteiras com a Venezuela e a Guiana; a abertura de duas novas frentes, assim caracterizadas: a primeira é a rodovia que ligará Cuiabá a Santarém, como novo elo para o deslocamento Sul—Norte; e a outra é a estrada pioneira que conectará o Nordeste à Amazônia, atravessando os pontos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes meridionais do Amazonas, e abrindo, assim, uma vereda ao nordestino para a ocupação de imensos espaços vazios e para a exploração de potenciais ainda inacessíveis.

AGRICULTURA

A valorização da atividade rural exige, não apenas o acionamento do órgão específico da Administração, que é o Ministério da Agricultura, mas, também, planejamento e coordenação visando a estabelecer uma filosofia global que promova o aumento da produtividade, a eficiente circulação das riquezas, o abastecimento do mercado interno e o fomento das exportações.

Fiel a tal concepção, vem o Governo procurando sensibilizar o setor público e motivar a iniciativa privada, de modo a construir uma infra-estrutura que estimule intensivamente a atividade agropecuária.

Com esse objetivo, já se começou a pôr em prática uma série de medidas altamente benéficas, dentre as quais cumpre destacar:

- a) a extensão do crédito rural, com a criação de novas faixas, o que permite resolver ou, pelo menos, minorar o problema da descapitalização do campo, fruto de uma política, hoje felizmente abandonada, de tabelamento dos produtos primários e liberação do preço dos insumos agrícolas;
- b) a redução da carga fiscal sobre a produção agropecuária, incluindo-se a retirada do Imposto de Circulação de Mercadorias da comercialização dos insumos;
- c) a regulamentação do imposto de renda rural e o disciplinamento da aplicação dos incentivos fiscais na agricultura;
- d) a reformulação da política de abastecimento, com a implantação de centrais nas cidades de mais de 500 mil habitantes, e a redução do intervencionismo na comercialização dos produtos primários.

Se acrescentarmos a essa política a firmeza com que estão sendo enfrentados os problemas posteriores à colheita e à fruição dos produtos agropecuários, mobilizando-se quantos devam ou possam colaborar no seu arma-

zenamento, circulação, abastecimento e exportação, ver-se-á que o Governo se acha totalmente entregue à tarefa de criar clima de favorável expectativa, senão de tranqüila segurança, para todos que dependam da produção, a fim de que possam dedicar-se, sem reservas, a seus misteres, certos de que a ação governamental se norteará sempre, sem recuos ou tergiversações, para a defesa do bem público.

Toda a atuação do Governo, a esse respeito, se desenvolve dentro de um sistema, que se propõe a cumprir, em prazos previstos, metas prioritárias eleitas e já aprovadas, nos seguintes setores básicos da produção:

- a) **abastecimento** — em relação ao qual, conforme se indicou, projeta-se a construção de centrais do tipo CEASA em São Paulo e nas cidades com mais de 500 mil habitantes;
- b) **colonização** — com a imediata ocupação, como parte integrante do programa de reforma agrária que tanto preocupa o Governo, dos espaços vazios existentes, mediante o deslocamento, tecnicamente ordenado, dos excedentes populacionais de áreas de escassa produtividade;
- c) **produção de alimentos** — com a aceleração dos trabalhos em andamento, especialmente no que se refere à triticultura (que constitui o segundo maior item de dispêndio de divisas), paralelamente à melhoria dos sistemas de armazenagem e escoamento dos produtos;
- d) **irrigação e drenagem** — especialmente no Nordeste e no Vale do São Francisco;
- e) **exportação** — mediante programa de expansão das exportações de produtos primários, principalmente a carne, em relação à qual se procurará incorporar novas áreas de criação, inclusive com o aproveitamento do cerrado, e, assim, transformar esse produto na segunda maior fonte de divisas para o País;
- f) **projetos regionais e locais** — através de convênios com os Estados, dentre os quais merece menção o estabelecimento de um **cinturão verde** em Brasília, em cooperação com o Governo do Distrito Federal.

Outrossim, em áreas específicas de atuação do Ministério da Agricultura não se pode deixar de mencionar alguns programas, todos em marcha, que visam à produtividade e à sanidade da agropecuária nacional.

Pesquisa e Experimentação Agropecuárias. — O Governo revê o seu programa de pesquisa e experimentação agropecuárias, procurando intensificá-lo e torná-lo compatível com a política agrícola, a fim de convertê-lo em efetivo instrumento do nosso desenvolvimento, já havendo sido adotadas as medidas iniciais a propósito. Aham-se também adiantadas as negociações para um empréstimo externo, que fornecerá recursos para investimento, capacitação dos pesquisadores e assistência técnica.

O programa inclui, ainda, a pesquisa e experimentação florestais, a serem desenvolvidas pelo Instituto Bra-

leiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com a colaboração do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Plano Nacional de Sementes. — Encontra-se em revisão final, para remessa ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o projeto de suporte técnico e financeiro ao Plano Nacional de Sementes. O Plano tem por objetivo aumentar a produção e a utilização de sementes melhoradas nos oito Estados da União em que se concentra a maior parte da nossa agricultura.

Plano Nacional de Irrigação. — Acha-se, por outro lado, em fase de formulação a estrutura de implantação dos cinco projetos que constituem a primeira etapa do Plano Nacional de Irrigação. Em relação a eles, já estão prontos os estudos de viabilidade técnica e econômica a serem encaminhados, em breve, aos competentes órgãos de financiamento.

Eletificação Rural. — Foi aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento o projeto de eletrificação rural, no valor de US\$ 63,2 milhões, encontrando-se formulado o programa de aplicação dos recursos previstos em nove unidades da Federação, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

Programa Nacional de Pecuária. — Prossegue a execução do projeto de Desenvolvimento da Pecuária de Corte na região centro-sul do País, inclusive com o estudo de medidas visando à sua dinamização. Foi iniciada, por outro lado, a execução do projeto de Desenvolvimento da Pecuária de Corte na região leste, abrangendo os Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, o qual deverá aplicar recursos internos e externos no valor de NC\$ 225.000.000,00 em quatro anos. Ambos esses projetos recebem financiamento do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. No que concerne ao Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, foram ultimadas as negociações para a aprovação e assinatura de dois projetos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com vistas à dinamização da campanha nas regiões centro-sul e leste. O Plano de Melhoramento da Alimentação e Manejo do Gado Leiteiro (PLAMAN) teve adotadas medidas para a sua intensificação nas bacias leiteiras trabalhadas, objetivando maior eficiência e melhor atendimento aos produtores. Será estudada, ainda, a possibilidade de reformular o Plano, com o objetivo de fazê-lo atender também à área de industrialização e comercialização.

Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro. — Este projeto conjunto com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, que teve a sua segunda fase aprovada, visa a dar continuidade à assistência técnica de consultores e assessores especializados ao desenvolvimento da pesca e a promover o treinamento de pessoal técnico e administrativo nacionais.

INDUSTRIA E COMERCIO

A política de desenvolvimento industrial tem tido por objetivos básicos a integração do Parque Industrial Brasileiro e o aumento da produtividade de seus setores tradicionais.

Em 1969, a produção industrial cresceu de 10,9%, taxa bastante expressiva, sobretudo se comparada com os índices da indústria brasileira nos dois últimos decênios e com as taxas de expansão da indústria internacional. Além disso, registrou-se elevado ritmo de crescimento nos setores de produtos alimentares e têxteis, o qual, pela primeira vez nos últimos anos, superou a média da indústria de transformação. Os ramos de bens de produção e de bens de consumo durável vinham se constituindo, sistematicamente, nos setores mais dinâmicos do processo de desenvolvimento industrial, como resultado do ponderável esforço de expansão da indústria brasileira, principalmente nos setores mecânicos, automotor e de material elétrico pesado, assim como nos setores supridores de insumos básicos.

A atuação do Governo nesse domínio determinou substancial aumento no valor dos projetos aprovados, que atingiram a 4.259 milhões de cruzeiros novos em 1969 contra 1.143 milhões em 1968.

A esse respeito, cabe destacar a atuação dos órgãos competentes da administração, que, orientando os investimentos no setor químico e petroquímico, permitirá, já no corrente ano, o início da produção, no País, de elementos básicos para a expansão do setor, como o etileno, benzeno, polietileno, ácido nítrico, ácido sulfúrico, fertilizantes complexos, dióxido de titânio e outros.

No campo siderúrgico, os projetos de expansão e de modernização em marcha envolvem o aumento da capacidade da Companhia Siderúrgica Nacional para 1.600.000 toneladas, das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. (USIMINAS) para 1.400.000 toneladas e da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) para 1.000.000 de toneladas.

A meta a ser atingida pela siderurgia nacional nos próximos anos é a completa auto-suficiência no tocante ao aço comum, tanto de produtos planos como não planos, e maior presença no mercado externo como exportador de produtos de aço, inclusive especiais.

No domínio das exportações está o Governo empenhado em manter a mesma excepcional taxa de crescimento dos últimos anos, de modo a ajustar o setor externo da economia ao nosso crescimento.

A política de incentivos fiscais e financeiros e de facilidades processuais, adotada a partir de 1964, impulsionou as exportações até os níveis máximos de 1969. O programa de trabalho destinado a manter esse crescimento inclui:

- a) fortalecimento do sistema de decisão colegiada no âmbito do Conselho Nacional de Comércio Exterior (CONCEX);
- b) aplicação da política de financiamento;
- c) consolidação das isenções fiscais;
- d) política promocional dinâmica;
- e) incentivos para a criação de rede externa e privada de comercialização;
- f) fortalecimento do sistema de seguro de crédito à exportação;
- g) implantação definitiva do uso de containers.

Em face das ocorrências climáticas verificadas em julho de 1969, o café brasileiro teve suas cotações internacionais aumentadas em cerca de 35% e a política de comercialização interna visou à sustentação desse nível de preços.

No decorrer de 1970, continuarão a ser adotadas as medidas necessárias à manutenção dos preços externos, além de prosseguir-se o programa de replantio já iniciado.

Quanto ao volume exportado, o Brasil, em 1969, alcançou 19,6 milhões de sacas, correspondentes a 845 milhões de dólares.

As estimativas da produção nacional de açúcar para 1970 são promissoras, devendo atingir volume da ordem de 75 milhões de sacos, superior, pois, à de 1969, que foi de 70,3 milhões de sacos.

A previsão em causa se deve ao empenho do Governo em remover os fatores das crises estruturais e conjunturais que, desde alguns anos, vêm afetando extensas áreas da produção, no setor industrial e agrícola.

As obras de infra-estrutura e escoamento ultimadas e em curso nas fontes de produção e os esforços realizados coordenadamente entre o Instituto do Açúcar e do Alcool e os produtores, para a racionalização da produção agrícola e o ajustamento da capacidade média das usinas a níveis considerados econômicos, proporcionarão as condições fundamentais ao desenvolvimento e fortalecimento do Parque Açucareiro Nacional, ampliando suas possibilidades de oferta ao mercado mundial.

A política de seguros concentrar-se-á na mobilização imediata de todas as potencialidades do mercado internacional. A implantação dos seguros obrigatórios, uma vez completada, e a difusão de outras modalidades, que estão sendo reclamadas pelo progresso econômico e tecnológico do País, poderão elevar substancialmente a arrecadação anual de prêmios e, conseqüentemente, as reservas técnicas.

O mercado de seguros apresenta-se como fonte capaz de ampliar expressivamente o volume de recursos necessários à nossa política de investimentos.

A ação oficial para atingir esses objetivos caracterizar-se-á por medidas de saneamento e fortalecimento do sistema segurador; pela ampliação da capacidade de retenção do mercado nacional; e pelo aperfeiçoamento da legislação e dos órgãos reguladores dessas atividades.

MINAS E ENERGIA

No setor da energia elétrica, os programas iniciados vêm tendo prosseguimento regular, havendo sido recuperados em quase todo o País os atrasos do passado. A nova política de energia elétrica tem, com efeito, possibilitado não só essa ação como também o equilíbrio econômico e financeiro das empresas. Grande esforço será empregado neste e nos próximos anos com a finalidade de alcançar constante atualização técnica e administrativa, plena eficiência e serviço adequado aos usuários da energia elétrica. A política de tarifas realistas implantada pelo Governo desde 1965 será continuada de forma a manter economicamente sadias as principais empresas e

propiciar a recuperação daquelas que ainda se encontram em condições precárias. Assegurar-se-á, assim, a tranquilidade necessária à plena execução do programa de obras em curso, capaz de garantir o completo suprimento da demanda de energia elétrica. Cumpre assinalar ainda que, no ano em curso, dois Estados incorporar-se-ão ao sistema elétrico do País: O Maranhão e o Piauí.

Após cuidadosa preparação, serão dados, em 1970, os passos iniciais para a construção da primeira central núcleo-elétrica de potência, com finalidade comercial. Já se acha determinada a sua localização, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, no Município de Angra dos Reis, estando a sua potência fixada ao nível de 500.000 kw. Dentro de alguns meses, serão publicados os editais referentes ao fornecimento de equipamentos e instalações para essa obra pioneira.

Na extração do carvão mineral foram alcançados significativos progressos em termos de produtividade. Encontra-se em curso, outrossim, a construção de duas centrais termelétricas, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, com a finalidade de utilizar economicamente o carvão nacional na geração de energia.

Ainda no setor energético, estão sendo acelerados os trabalhos de pesquisa de petróleo na plataforma continental, já havendo sido contratados novos equipamentos para esse fim. São promissores os resultados preliminares das quatro sondas atualmente em operação e é provável que em breve se possa anunciar a exploração do primeiro campo de petróleo naquela plataforma. Ao mesmo tempo, constrói-se em São Paulo nova refinaria de grandes proporções, com o objetivo de manter a auto-suficiência do País no refino do petróleo. Prossegue também a reorganização administrativa da PETROBRAS com vistas a dotá-la de estrutura e mecanismo de decisão compatíveis com as suas crescentes dimensões e responsabilidades.

Estreitam-se, por outro lado, as relações entre a PETROBRAS e a Companhia Vale do Rio Doce, no campo do transporte internacional, fortalecendo-se, assim, a posição comercial do País. Grandes navios mistos, transportadores de minério de ferro e de óleo, entrarão em operação no ano em curso, com substancial redução de fretes, tanto para a empresa exportadora como para a importadora.

Quanto ao minério de ferro, em consequência de enérgica política comercial e de intensa atualização tecnológica, conquista a Rio Doce novas posições no mercado internacional, com a duplicação da exportação no quadriênio 1967/70, ao mesmo tempo em que se prepara nova expansão, equivalente àquela, para o próximo quadriênio e se estuda, outrossim, a viabilidade de novo empreendimento no Pará.

Mas, a grande transformação que ora se efetua no setor das minas e energia é a nova atitude do Governo em face dos recursos minerais e hídricos do País.

Com a criação da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais e a consequente reforma administrativa do Ministério das Minas e Energia, serão separadas, no que toca aos recursos minerais e hídricos, as funções normativas de concessão e de fiscalização das propriamente

de pesquisa, ficando as primeiras a cargo da administração direta e as últimas sob a responsabilidade da nova empresa. Tomará esta a iniciativa de promover, com base nos estudos e levantamentos básicos e no financiamento de risco à pesquisa, a expansão da indústria mineral privada. Estão sendo, outrossim, intensificados, através da mesma empresa, os estudos do regime dos rios a fim de assegurar em tempo hábil o conhecimento do potencial energético ainda não aproveitado em todo o País.

Paralelamente à reforma administrativa em processo, foram remanejados os recursos financeiros disponíveis de forma a canalizar, para a pesquisa e a formação e aperfeiçoamento de pessoal, importâncias significativamente maiores do que aquelas que vinham sendo destinadas a esse fim. A par disso, com vigência parcial em 1970 e plena a partir de 1971, será multiplicada por quatro a participação das despesas públicas em pesquisa e formação de pessoal.

INTERIOR

A efetiva descentralização dos serviços, mediante o fortalecimento das estruturas locais, constitui um dos objetivos principais do Governo na sua política relativa ao interior. Essa atuação cada vez mais se desenvolve em sintonia entre a esfera federal e os Governos Estaduais e Municipais, visando ao diagnóstico e à formulação de soluções prioritárias, à formação e aperfeiçoamento de pessoal, ao acompanhamento da execução de projetos e atividades e à instituição de um sistema de informações para o planejamento.

Complementa assim o Governo, na elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento e dos Planos de Desenvolvimento Local Integrado, a sua atuação conjunta, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Comanda também intenso trabalho, que tem como finalidade a redução do desequilíbrio entre macrorregiões, objetivando, em especial, acelerar o esforço de desenvolvimento do Norte e do Nordeste e garantir o desenvolvimento harmônico, tanto setorial como geográfico, de cada uma das grandes regiões em que se divide o País.

Redobrado empenho merece, nesse sentido, a aplicação adequada e eficiente, dentro do sistema em vigor, do mecanismo de incentivos fiscais nas Regiões Norte e Nordeste.

Consolidar a ocupação da Amazônia, como foi assinalado anteriormente, representa outro objetivo fundamental do Governo, possibilitando, destarte, a crescente integração daquela vasta área às demais regiões do País. Além da execução seletiva e orientada de importantes projetos nos setores de energia, transportes e comunicações, atribui-se especial relevo aos programas de pesquisas, tanto de recursos naturais como científicos e tecnológicos, nos setores mineral e vegetal, objetivando o crescimento global e a melhoria da produtividade da indústria extrativa. Com essas medidas assegurar-se-á taxa progressiva de desenvolvimento econômico na região, paralelamente ao ritmo de expansão mais gradual nos setores da agropecuária e da indústria de transformação.

Dois aspectos estratégicos no programa de consolidação da ocupação da Amazônia merecem destaque especial: a instalação de "Campus Avançados" de universidades em várias cidades da região, como consequência dos trabalhos do Projeto Rondon, e o contínuo aperfeiçoamento de métodos e sistemas, desde o planejamento até a execução, na administração dos Territórios Federais.

Prossegue, da mesma forma, a política de desenvolvimento para o Nordeste, delineada na IV Etapa do Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e orientada para a ampliação da oferta de emprego e aprimoramento das condições de vida da região, procurando-se manter em ascensão a vigorosa taxa de crescimento ali observada nos últimos cinco anos.

Prevê-se, nessas condições, ofensiva integral nos vários setores da economia, com particular atenção para o fortalecimento e o aumento da produtividade da agricultura, atingindo as etapas do planejamento, pesquisa, experimentação, comercialização, assistência creditícia e introdução de novas técnicas, como a irrigação e a eletrificação rural.

No campo industrial, tradicionalmente o maior beneficiário dos incentivos fiscais, antevê-se a concentração cada vez mais significativa das indústrias de base, com seus conhecidos reflexos, tanto no sentido das matérias-primas como das indústrias de transformação, no processo de absorção de mão-de-obra. Por outro lado, medidas especiais, de crédito como de assistência técnica, darão cobertura à implantação e ampliação da pequena e média indústria por todo o interior do Nordeste.

Outro importante programa da política governamental nos assuntos do interior está dirigido a cerca de 450 dentre os principais municípios do País, compreendendo, aproximadamente, 60% da população urbana do Brasil. Além da organização administrativa local, da elaboração do plano de desenvolvimento integrado e da implantação de serviços de saneamento básico, o esforço do Governo, a esse respeito, terá por finalidade precípua equacionar os programas de habitação e desenvolvimento comunitário daquelas localidades. Estão sendo acionados no desenvolvimento desse programa de ação concentrada os principais órgãos do Ministério do Interior, em estreita colaboração com os Estados e Municípios.

Destaca-se, como parte integrante desse programa, o projeto denominado "Década do Saneamento Básico", ao término do qual devem estar atendidos, com serviços regulares de abastecimento d'água, pelo menos, 80% dos habitantes urbanos do País. No mesmo período, vigoroso ataque vai ser desfechado contra o crescente problema da poluição dos cursos e massas d'água em todo o território nacional, num esforço coordenado de vários setores governamentais.

Para o atendimento desse grandioso objetivo, o sistema financeiro de saneamento, mais consolidado e ampliado e representando a única solução realista para o problema, deve gerar, até 1973, cerca de dois bilhões de cruzeiros novos.

Ainda no plano de desenvolvimento local sobressai o Programa Nacional de Habitação, uma das mais signi-

ficativas conquistas da Revolução de 1964. Expandindo-se em ritmo crescente, o Programa, que já logrou plena aceitação no País e no exterior, como instrumento decisivo de estabilidade social e atendimento de uma das aspirações básicas das classes menos favorecidas, captará os seus recursos em escala progressiva na esfera da poupança popular.

Embora de menor vulto, possuem também apreciável valor qualitativo os programas de assistência aos indígenas e às populações vítimas de calamidades públicas.

Respeitando secular tradição brasileira, bem como os termos de convenções internacionais das quais o País é signatário, e sempre fiel à inolvidável diretriz de Rondon, zela o Governo intransigentemente pela pessoa e pelo patrimônio do silvícola, assegurando-lhe integração progressiva à comunidade nacional.

Por outro lado, coordena o Governo a execução de medidas preventivas, de caráter financeiro, como técnico e operacional, na defesa das populações contra as calamidades públicas.

POLÍTICA SOCIAL

EDUCAÇÃO E CULTURA

Análise crítica do sistema educacional evidencia sérias deficiências de organização e funcionamento, cuja neutralização se impõe com urgência.

A desconexão entre os diversos graus de ensino; a alarmante evasão do ensino primário e, nele, a repetência em taxa muito alta; a falta de planificação da oferta; a seletividade antidemocrática, sobretudo do ensino médio; o fenômeno dos excedentes; o despreparo de grande parte do magistério e sua baixa remuneração; e o elevadíssimo índice de analfabetismo, eis alguns dos mais graves e prementes problemas que o Governo vai enfrentar e solucionar.

Característica das mais negativas de nosso ensino é a falta de entrosamento entre os currículos dos diversos graus, a que se soma o seu caráter tipicamente prope-
dêutico.

O sistema é tão falho a esse respeito que a sua inadequação se patenteia dramaticamente nos próprios exames de admissão ao curso secundário e de vestibular ao curso superior.

Além disso, currículos irrealísticos exigem forte carga horária de informações puramente acadêmicas, sem qualquer preocupação de qualificação gradativa da mão-de-obra nacional ao longo das diversas etapas dos cursos.

Com vistas à melhor produtividade do ensino, já está pronto o estudo para a integração do curso primário com o primeiro ciclo do atual curso médio, de modo a criar-se o conceito da educação fundamental, que virá corrigir os defeitos de desconexão hoje existentes entre os currículos desses graus de ensino. Já os Conselhos Estaduais de Educação foram chamados a opinar sobre a proposta para esse fim. Em seguida, recebidas as sugestões de procedência estadual, o Conselho Federal de Educação concluirá seu parecer, de sorte que já em 1971, em todo o

território nacional, esteja implantada a nova sistemática de ensino fundamental.

Neste, os ginásios, orientados para o trabalho (ou, por assim dizer, pluricurriculares), desempenharão papel de relêvo no despertar das vocações. Funcionarão como unidades de ensino que, ao lado da instrução convencional, permitirão o contato dos alunos com as oficinas de artes e ofícios. Não terão caráter profissionalmente, mas pré-vocacional.

Para esse fim, estão em plena vigência dois convênios.

Um, com a USAID, no valor de 64 milhões de dólares, com participação igual do Brasil e da "Aliança para o Progresso", visando à instalação de 287 ginásios orientados para o trabalho, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, na Bahia, na Guanabara e no Espírito Santo.

O outro convênio, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), abrange 29,5 milhões de dólares e cobre os Estados do Pará, Sergipe, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, no total de 50 ginásios, com o mesmo objetivo.

Releva notar que os convênios não são apenas de construção e equipamento dos ginásios, mas, também, de preparação e treinamento dos professores para a tarefa.

O Governo atribui grande importância ao programa, por se tratar de esclarecida tentativa no sentido de preparar, mediante currículos realísticos, o estudante de nível médio, para ser útil à sua comunidade, caso venha a abandonar a escola, que deixa de ser meramente discursiva e verbalística.

Ao ensino médio ficarão reservados os cinco ramos: colegial, industrial, comercial, agrícola e normal.

Todo o esforço do Governo será no sentido de quebrar o quase-monopólio do colegial (clássico e científico), atualmente detendo 73% do total das matrículas. Para isso, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e mais os recursos obtidos de convênios com o exterior serão aplicados para vitalizar o ensino profissionalizante.

Impõe-se formar o maior número de professores primários, para diminuir a percentagem elevada de leigos (40%) em exercício. Quanto a estes, incrementará o Governo os esforços do atual plano decenal de treinamento e aperfeiçoamento com o objetivo de sua melhor utilização.

As escolas industriais visarão à formação dos técnicos de nível médio, de que tanto se ressentem o mercado de trabalho nacional (eletrônica, eletrotécnico, estradas e edificações, máquinas e motores, metalurgia, química etc.).

Os convênios em curso com o BID e os países socialistas do Leste Europeu, no total de 16,6 milhões de dólares, estão na seguinte posição: BID — 65% já executados; Países Socialistas Europeus e outros — 96% de equipamentos adquiridos, recebidos e instalados.

O ensino comercial, já bastante desenvolvido, deverá ter cunho mais prático, de aplicação das atividades de escritório como das de comércio e o preparo dos cursos téc-

nicos de Contabilidade, Secretariado, Administração, Comércio e Propaganda.

O ensino agrícola, até aqui o menos expressivo, deverá ser vitalizado, sobretudo graças à vitoriosa experiência escola-fazenda, preparando o técnico de práticas agrícolas, cujo término de aprendizagem é marcado pelo projeto desenvolvido a cargo dos próprios alunos.

Espera-se que a reformulação dos currículos, no ensino fundamental, corrija, em parte, o binômio evasão/repetência, que o tem caracterizado. Entretanto, uma política bem mais atuante da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, de par com a construção das escolas nas áreas periféricas dos grandes aglomerados humanos, bem como sua interiorização nos municípios, poderá ser a solução adequada para o problema.

No campo do ensino superior, cogita-se de implantar definitivamente a reforma universitária, por meio dos departamentos de ensino e da adoção dos ciclos básicos e das carreiras curtas, aqueles para a recuperação das falhas apontadas nos vestibulares e estas para cobrir as áreas de formação profissional insuficientemente atendidas, bem como evitar a subutilização dos profissionais de carreiras longas.

Ao lado da profissionalização do professor universitário, o Governo já promove a integração do aluno no magistério, mediante a contratação experimental de monitores.

Os cursos de pós-graduação serão responsáveis pelo preparo dos candidatos ao mestrado e ao doutorado, com vistas ao seu aproveitamento no magistério superior. Íntima ligação será estabelecida, para esse efeito, entre o Ministério da Educação e Cultura, através da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o Conselho Nacional de Pesquisas.

Os Centros Regionais de Pós-graduação, a serem implantados em 1970, descentralizarão o treinamento e o aperfeiçoamento por várias regiões do Brasil.

A oferta do ensino superior, que vem num crescendo considerável a partir de 1968, será aumentada por meio da ampliação das unidades existentes, de preferência à criação de novas, exceto quando plenamente justificadas. Por outro lado, planificar-se-á a oferta, levando-se em conta as potencialidades do mercado de trabalho, para evitar a formação do desnecessário ou supérfluo em detrimento do essencial.

Visando à profissionalização do magistério, estabeleceu o Governo uma política salarial compensadora, de tempo integral e dedicação exclusiva, para o nível superior, com o objetivo de desestimular a existência do professor de dedicação parcial. Com essa política espera obter o primeiro instrumento para a melhoria do rendimento da universidade, mediante a elevação da qualidade do ensino e a eliminação da capacidade ociosa das escolas.

Levando a sua preocupação aos graus médio e primário, afetos aos Estados e Municípios, o Governo atuará através do Plano Nacional de Educação, injetando nos orçamentos específicos da educação estadual e municipal um montante previsto de NCr\$ 140.000.000,00. Além disso,

de acordo com ato já editado, compete atualmente as autoridades estaduais e municipais a adoção de um salário-fixo profissional para o seu próprio magistério primário, medida destinada à mais alta repercussão.

Essa política de auxílio, denominada "Operação-Escola", baseada no salário-educação e outras fontes, permitirá o aumento da oferta, repercutindo no incremento da taxa de escolarização, que, segundo as previsões, deve subir de 68%, como média nacional, para 80% nos próximos anos.

Ademais, o auxílio referido não fica adstrito ao salário-educação, visto como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação também contribuirá para o mesmo objetivo.

A assistência ao aluno deve compreender, não só a médica e odontológica, no ensino fundamental, mas também a social, em qualquer dos graus. As bolsas de estudo e, preferentemente, as bolsas de trabalho serão, sem sabor paternalístico, instrumentos de apoio ao aluno.

A Fundação Nacional de Material Escolar deverá incrementar suas atividades, de sorte a elevar a produção do livro didático barato e do material de uso individual vendido a preço de custo.

A Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) prosseguirá no estabelecimento das bibliotecas das unidades, assim como das centrais, além de proceder à distribuição individual dos livros como parte da assistência ao estudante.

Acha-se em estudo um plano de seguro-educação, para possível adoção em 1970, com o objetivo de garantir o estudante contra o infortúnio.

A forma de participação do estudante no custeio do seu curso, para atender a dispositivo constitucional, será estabelecida no decorrer de 1970, para implantação em 1971.

A campanha contra o analfabetismo somará esforços de toda a coletividade e não apenas do Governo.

Tarefa ciclópica, só terá bom êxito se motivar a consciência da Nação, dela participando toda a comunidade, como num programa de salvação nacional, que o é de fato.

Os recursos orçamentários de 1970, extremamente parcos, e os derivados da Loteria Esportiva, difíceis de estimar, são seguramente insuficientes para a magnitude do problema. Só uma aliança de Governo, Igreja, classes produtoras, sindicatos de trabalhadores e estudantes poderá fazer face, democraticamente, em curto prazo, ao vulto da missão de alfabetizar os milhões de brasileiros adultos marginalizados do sistema educacional.

Neste sentido, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) terá o papel fundamental de coordenar a campanha em todo o País.

SAÚDE

O aspecto demográfico do Brasil revela as características próprias das regiões com população de baixa

capacidade aquisitiva. São de assinalar, a esse respeito, os seguintes traços:

- a) elevada taxa de crescimento;
- b) alto coeficiente de natalidade;
- c) predominância de jovens, na composição etária;
- d) elevada concentração populacional nos grandes centros urbanos.

As infecções, parasitoses, subnutrição e condições desfavoráveis de vida, afetando ainda grande número de brasileiros, são responsáveis pelo baixo nível de saúde da população, mais acentuado nas regiões de maior pauperismo do Nordeste.

Impõe-se melhorar ao máximo esse quadro, por meio, preferencialmente, de medidas de prevenção, ainda que o Governo esteja perfeitamente cioso da necessidade de integração das medicinas preventivas e curativa, já que, no estágio atual, predominam entre nós as chamadas doenças de massa.

As diretrizes básicas da política de saúde terão, entre outros, os seguintes objetivos:

- I — combate às doenças transmissíveis;
- II — realização de campanhas educativas de higiene pessoal e coletiva, orientadas com relêvo para as atividades de vacinação em massa;
- III — incremento do saneamento básico, com ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto e atendimento dos problemas de poluição ambiental;
- IV — execução de medidas de proteção à maternidade e à infância;
- V — criação e expansão da rede de unidades locais de saúde;
- VI — incremento das pesquisas puras e aplicadas à saúde individual e à saúde pública;
- VII — atenção especial aos problemas de assistência médica e hospitalar.

No campo das doenças transmissíveis, sobressai, como atividade prioritária, o combate à varíola, malária, febre amarela, doença de Chagas, esquistossomose, dando-se precedência, sempre que factível, às campanhas de vacinação.

Contra a varíola, por exemplo, espera-se vacinar cerca de 40 milhões de pessoas, encerrando-se, assim, a fase de ataque da campanha contra essa terrível enfermidade.

Na luta pela erradicação da malária estimam-se em 7.900.000 as casas saneadas, somados os dois ciclos em que é executada a operação.

O combate à febre amarela, principalmente na área onde reapareceu o *Aedes aegypti*, após anos de sua erradicação do território nacional, terá, em 1970, atendimento especial.

O saneamento básico, traduzido, sobretudo, na construção, ampliação e melhoria do sistema de água e esgotos, receberá, no ano em curso, grande impulso,

entrosado, que está, o Ministério da Saúde com o Ministério do Interior, para tarefas harmônicas e coordenadas nesse campo. Aliás, providências já foram tomadas para renovar, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o empréstimo anteriormente feito, visando à construção de sistemas de abastecimento d'água em grande número de localidades do território nacional.

No que concerne ao problema da infância, serão postos em prática intensos programas de educação, objetivando tornar as populações côncias da sua importância e integrar os vários órgãos — oficiais, oficiosos e particulares — de modo a evitar nesse campo o paralelismo das atividades, cuja existência onera os custos operacionais.

Diretrizes fixando as responsabilidades nos vários níveis — federal, estadual, municipal; atenção ao problema da nutrição e da vacinação; especial cuidado com os pré-escolares, serão medidas que, em 1970, polarizarão as atenções do Governo para o problema materno-infantil.

O desenvolvimento técnico, função do desenvolvimento científico, é gerador, em última análise, do desenvolvimento econômico e social, por um verdadeiro processo em cadeia.

O Governo está ciente desse fato; e, conseqüentemente, dará prioridade aos trabalhos de pesquisa aplicada e ao preparo de pessoal qualificado para tão magna tarefa. Com especial atenção, cuidará da elaboração de medicamentos, produtos biológicos e profiláticos, procurando, pelo seu barateamento, torná-los acessíveis a todas as camadas da população.

Ênfase especial será dada à educação sanitária, como etapa imprescindível de todo o trabalho de saúde pública, mormente no desenvolvimento das campanhas de vacinação. Será essa uma atividade prioritária, em 1970.

O Governo, certo de que a atividade de saúde deve ser levada localmente, às populações, sobretudo, do interior, procurará, já no ano em curso, atender à criação e expansão da rede de unidades médico-sanitárias, integrando nelas as atividades de medicina preventiva e curativa, quando for o caso.

A questão da assistência médica e hospitalar merecerá cuidados especiais e a reformulação desses serviços em novas bases continuará a ser objeto da maior atenção.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A política do Governo, em matéria de trabalho e previdência social, funda-se em princípio de justiça, traduzidos em fórmulas concretas no art. 165 da Constituição.

A legislação específica a respeito já atingiu, entre nós, grau relativo de perfeição, tornando-se mais importante, agora, a execução das normas em vigor do que propriamente a criação de novas normas, ampliativas de direitos reconhecidos ao trabalhador brasileiro.

A Revolução de 31 de Março de 1964, em sua primeira fase, conseguiu eliminar do meio sindical muitos dos obstáculos que a corrupção e a subversão levantaram

e que dificultavam a plena integração dos sindicatos, como colaboradores do Poder Público, na vida nacional.

No momento em que assumi o Governo, em cumprimento a um dever que me foi solicitado, a área sindical se apresentava, como ainda hoje se apresenta, tranqüila e em ordem, com clara possibilidade de entendimento fecundo entre o Governo, trabalhadores e empresários.

Dentro desse clima e graças a ele, o diálogo entre o Governo e os representantes legais das categorias profissionais e econômicas se vem mantendo numa linha de recíproco respeito e de sadio realismo, certos, como já estão, trabalhadores e empresários, de que o Governo se acha permanentemente atento aos problemas e às reivindicações legítimas de cada classe e não acena com promessas que não possa cumprir e realizar.

A manutenção da política salarial, adotada pelos Governos da Revolução, ainda obriga os assalariados a uma cota de sacrifício, que tem sido, entretanto, compensada por modalidades de salário indireto ou suplementar, ao qual se procura dar maior ênfase e amplitude.

Assim é que, no primeiro trimestre do meu Governo, o Programa de Bolsas de Estudo a filhos de trabalhadores foi de tal forma incentivado que, no decurso deste ano, serão concedidas bolsas em número superior à metade das que o foram nos últimos quatro anos.

A substituição do regime de correção monetária pelo de equivalência salarial nos planos do Banco Nacional de Habitação proporcionará novas facilidades aos trabalhadores para aquisição de casa própria através das Cooperativas Habitacionais, instaladas nos Sindicatos.

As melhorias, que, a pouco e pouco, se estão introduzindo no Instituto Nacional de Previdência Social, tendem a incrementar a assistência médica aos mais necessitados e já se revelam de efeito positivo no tocante à distribuição de medicamentos a baixo preço aos segurados daquele Instituto.

Já está, por outro lado, iniciado o programa de reforma da Justiça do Trabalho, graças à ação conjugada do Ministério da Justiça e do Ministério do Trabalho e Previdência Social, seja para o fim de criar novas Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados da Federação, seja para simplificar o processo trabalhista, acelerando a tramitação das causas nos tribunais da Justiça especializada, em benefício das partes conflitantes e da harmonia social.

Não se limita, porém, o Governo a esses aspectos conjunturais do problema das relações de trabalho. A sua constante preocupação é a de cumprir a lei e assegurar aos trabalhadores os direitos, que visem à melhoria de sua condição social.

O Governo não compreende a prática da justiça social senão em termos de distribuição equânime da riqueza global e tudo pretende fazer para que o desenvolvimento econômico não se constitua em entrave à promoção social dos trabalhadores e não dê ensejo à formação de castas ou classes privilegiadas, mas, sim, represente a oportunidade para que o nível de poder aquisitivo dos assalariados

os torne cada dia mais partícipes da riqueza comum da Nação.

A ação fiscalizadora e repressiva do Governo não poderá, sem dúvida, deixar de se fazer sentir, sempre que se registrar, quer de parte dos empregadores, quer de parte dos empregados, infração às normas, aqui definidas, e que se consubstanciam nos preceitos da Constituição e das leis específicas.

A obediência estrita aos cânones legais não impedirá, entretanto, o surto do Sindicato livre, que se deseja, em primeiro lugar, livre das influências ideológicas antinacionais e das injunções político-partidárias.

Sem propensões tutelares ou paternalistas, pretende o Governo imprimir ao Sindicato o caráter de serviço, isto é, de órgão de defesa permanente do sindicalizado, seja patrão, seja operário, e também órgão de colaboração com o Poder Público, nos termos da lei, mediante a prestação de serviços a seus associados e, indiretamente, à comunidade, na qual Governo e Sindicato se integram.

O programa, acima traçado, é especialmente válido para o sindicalismo rural, cuja implantação se terá de efetuar em moldes objetivos e práticos, de acordo com as peculiaridades regionais, de modo a contribuir para a valorização do homem do campo e prestigiar, pelo equilíbrio de interesses, a reforma agrária, tal como já foi planejada pela Revolução.

Numa visão sintética da política social do Governo, pode-se dizer que seu timbre é profundamente humanista, porque contempla o homem — trabalhador ou empresário — como um fim e não como um meio, para que o trabalho seja não só trabalho do homem, mas trabalho em prol do homem.

COMUNICAÇÕES

No campo das comunicações, os principais objetivos a serem alcançados pelo Governo em 1970 podem assim se resumir:

- 1) Rever e consolidar a legislação de telecomunicações, especialmente a resultante de decisões e resoluções do CONTEL.
- 2) Estimular as iniciativas que visem à formação de pessoal capacitado, em todos os níveis, considerando que a falta de recursos humanos especializados é um dos maiores problemas com que se defrontam as telecomunicações do Brasil.
- 3) Equacionar uma solução capaz de assegurar continuidade e flexibilidade na obtenção, distribuição e controle dos recursos necessários para implantar, operar e ampliar sistemas de telecomunicações de interesse para o País.
- 4) Estabelecer um Centro de Estudos e Pesquisas para as Telecomunicações Nacionais, o qual se encarregará também da elaboração de normas técnicas e operará laboratório de análise e controle de qualidade dos equipamentos e componentes, campo esse onde atualmente nada existe entre nós, salvo trabalhos isolados, em órgãos

de estudos e pesquisas das Forças Armadas e da Indústria.

- 5) Propiciar todo o apoio à indústria, de modo a garantir a expansão das comunicações em termos condizentes com o desenvolvimento nacional, aproveitando os resultados obtidos na pesquisa de novos materiais e equipamentos e novas técnicas e, bem assim, estimulando a utilização do pessoal formado.
- 6) Promover a padronização de equipamentos e componentes, bem como de normas de operação e manutenção dos meios de comunicações, antes que o seu desenvolvimento atinja um nível que torne a medida impraticável, aproveitando, para isso, a experiência adquirida através dos órgãos de estudos e pesquisas, das indústrias, das empresas concessionárias e do próprio usuário.
- 7) Prosseguir na implantação do Sistema Básico do Plano Nacional de Telecomunicações.

Além dos acima enumerados, constituem, também, objetivos precípuos da política do Governo no campo das comunicações acelerar a solução do problema da telefonia urbana e modificar a estrutura e métodos operacionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, visando à sua recuperação.

POLÍTICA EXTERNA

RELAÇÕES EXTERIORES

A política externa do Brasil, fiel à tradição de intransigente defesa dos interesses nacionais e em íntima consonância com o seu passado, procurará adaptar-se às transformações da vida internacional. Essa permanente flexibilidade nos habilita a identificar, nas novas situações mundiais, aquelas posições que mais se afinam com as conveniências do Brasil. Não por acaso, mas por força da vocação pacífica e dos ideais de harmonia e fraternidade da Nação brasileira, as linhas da ação diplomática de nosso País têm coincidido, através dos tempos, com as posições que mais servem aos interesses globais da humanidade. A ausência de rigidez e a clara percepção do futuro que a caracterizam têm-nos permitido participar ativamente da busca de soluções para os novos problemas que surgem no seio da comunidade internacional e concorrer, assim, com apreciáveis subsídios, para a causa da paz e do progresso do gênero humano.

Numa época em que se objetiva substituir a intensa confrontação ideológica e militar entre as grandes potências por uma política de negociações, o Brasil procurará contribuir para a organização da paz e da convivência harmônica entre os povos. Está ele consciente de que é seu dever indeclinável envidar todos os esforços no sentido de preservar, para os países que ainda não lograram a plenitude do desenvolvimento, maior e sempre crescente participação no uso e benefícios dos progressos da ciência e da técnica, que estão abrindo novas e amplas perspectivas em favor da humanidade.

A harmonia internacional não se pode fundar na manutenção da atual desigualdade entre os povos, nem na

consagração de esferas de influência ou de supremacia política ou técnica das grandes potências sobre as demais nações da comunidade mundial. Por desejar preservar os direitos de todos os países à utilização pacífica dos progressos da ciência e da técnica e por entender que é imprescindível à causa da paz um equilíbrio aceitável dos direitos e obrigações entre os Estados que dispõem de armas nucleares e os que não as possuem, o Brasil, inequivocamente favorável ao desarmamento nuclear, manterá, porém, inalterada a sua posição contrária à assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, na redação atual. Exige, outrossim, que o fundo do mar e o espaço cósmico sejam utilizados como patrimônio de toda a humanidade.

Adota o Brasil uma política aberta para com todos os povos, de acordo com a tradição universalista que marca sua história. Nosso País sempre desejou, e deseja, o entendimento franco, a cooperação leal, a amizade duradoura com todas as nações que respeitem nossa maneira de ser, nossas instituições, nosso direito à independência e ao progresso.

É natural que as relações com os países do Continente Americano mereçam um lugar de relevo em nossos projetos de vida internacional, por imposição da geografia e da história e, sobretudo, pela continuada reafirmação de uma vontade política. Essa vontade revela-se não apenas no sistema interamericano e nos mecanismos de integração econômica, mas também no esforço para elaborar programas de ação comum para o progresso coletivo, como o Consenso Latino-Americano de Viña del Mar. O Brasil desempenha papel de imensa responsabilidade na construção de íntimo e efetivo entendimento latino-americano, que é condição essencial da solidariedade hemisférica; e dá a mais firme contribuição para aproximar física e espiritualmente os países da América Latina e de todo o hemisfério, dentro de unidade de interesses e aspirações.

Ao atuar solidariamente com a América Latina, mantém-se o Brasil fiel aos seus compromissos com todos os países em vias de desenvolvimento, de cujas reivindicações foi, desde o início, um dos porta-vozes mais ativos.

A coerência de nossa política externa, nossa inclinação moderadora e pacifista, nosso inconfundível respeito aos compromissos assumidos — tudo isto explica o acatamento com que nos ouvem e o prestígio de que desfrutamos no concerto das nações.

POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA

JUSTIÇA

No campo da elaboração legislativa referente à justiça, árdua tarefa se impõe ao Governo em 1970.

Efetivamente, pretende ele levar a cabo a preparação de Leis Complementares à Constituição, de Codificações e de Leis de Cumprimento à Constituição, urgentemente necessárias para a vida jurídica do País. A par disso, cogita no campo da Justiça do Trabalho de aperfeiçoar o processo a que estão sujeitas as reclamações para abreviar a sua tramitação, assim como de criar novas Juntas para melhor defesa dos direitos do trabalhador.

A preparação de diversas Leis Complementares à Constituição é imperativo inadiável. A Carta Magna prevê a elaboração de várias de tais leis, que devem desdobrá-la em matéria e pontos de especial relevância, com perfeita unidade de pensamento e ação, segundo o programa e o espírito da Revolução.

Assim, serão elaborados e apresentados projetos de Lei Complementar sobre:

- a) a criação de Estados e Territórios (Const., art. 3.º);
- b) o estabelecimento de requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações, para a criação de municípios (Const., art. 14);
- c) a remuneração de vereadores das capitais e dos municípios de população superior a duzentos mil habitantes (Const., art. 15, § 2.º);
- d) a instituição de regiões metropolitanas (Const., art. 164).

A preparação de novos Códigos é outra tarefa em que está profundamente empenhado o Governo. Essa elaboração já se acha bastante adiantada, sendo certo que a grande maioria dos projetos será concluída ainda em 1970. Presentemente, estão sendo preparados projetos de Código Civil, de Código de Processo Civil, de Processo Penal, de Navegação, de Contravenções, de Execuções Penais, do Trabalho, de Processo do Trabalho, de Menores, do Direito do Autor, assim como de Lei Geral de Aplicação das Normas Jurídicas. Para acelerar a tramitação desses projetos no Congresso, já foram mantidos entendimentos com as lideranças partidárias, visando à fixação de um regimento especial.

Não descuida igualmente o Governo de preparar os projetos de lei concernentes ao cumprimento da nossa Carta Magna. Segundo o seu art. 8.º, item XVII, letra a, cabe à União legislar sobre o cumprimento da Constituição. Ora, essa legislação é da maior importância, porque, dando execução às normas constitucionais, assegurará o funcionamento orgânico dos Poderes e a mais perfeita administração da Justiça.

Quatro são as principais dentre as leis a serem elaboradas.

A primeira diz respeito "à representação do Procurador-Geral da República por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual" (Const., art. 119, letra I). Essa lei é de grande importância, porquanto a Constituição vigente ampliou o objetivo da chamada representação, permitindo ao Procurador-Geral da República não só arguir a violação dos princípios constitucionais que ensejam a intervenção federal, como a inconstitucionalidade de lei e também a de ato normativo federal ou estadual. Tal ampliação de competência, louvável sob todos os aspectos, exige, porém, definição segura, a fim de eliminar dúvidas sobre seu objeto e campo de aplicação.

Outra das leis concerne à anulação de atos administrativos de natureza tributária, conforme está previsto no parágrafo único do art. 122 da Constituição. Esta nor-

ma constitucional abre larga perspectiva nas relações entre a União e os contribuintes. Atualmente, a impugnação de atos administrativos de natureza tributária se faz por mandado de segurança, o que redundará na proliferação excessiva desse remédio jurídico. Por isso, cumpre elaborar projeto que discipline o processamento de tais impugnações, fazendo com que a questão básica seja decidida de uma só vez, valendo a decisão, com eficácia normativa, para o território nacional e todos os interessados.

A terceira lei relaciona-se com a interpretação do art. 144, § 5.º, da Constituição, que confere ao Tribunal de Justiça competência para dispor sobre a divisão e a organização judiciárias do Estado. É uma inovação no direito brasileiro que dá, contudo, ensejo a interpretações diversas e até contraditórias do preceito constitucional pelos Tribunais das várias unidades federadas. Essa lei deverá imprimir tratamento uniforme à matéria, seguindo as grandes linhas fixadas em reunião realizada no Rio de Janeiro pelos Presidentes de Tribunais Estaduais.

A última das leis referidas diz respeito à situação jurídica das pessoas naturais de nacionalidade portuguesa, as quais, segundo dispõe a Constituição no art. 199, "não sofrerão qualquer restrição em virtude da condição de nascimento, se admitida a reciprocidade em favor de brasileiros". Essa medida, de grande repercussão, é objeto de estudos bastante adiantados.

No âmbito trabalhista, já cuidou o Governo, pelos seus órgãos competentes, de constituir comissão interministerial incumbida de estudar medidas para desafogar as Juntas Trabalhistas, acelerando a distribuição da Justiça no que é do interesse do trabalhador. Outrossim, vem estudando, para sua conseqüente criação o estabelecimento de novas Juntas onde a expansão da economia brasileira as faz necessárias.

Enfim, não ignora o Governo os problemas que afligem a Justiça Federal, comum e especial, e pretende examiná-los com todo o interesse, a fim de dar-lhes solução oportuna e condigna.

FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas, a par de sua missão constitucional e em garantia dela, ante a iminência de uma crise decorrente da súbita e grave enfermidade que determinou o impedimento, para o exercício do cargo, do insigne Presidente Arthur da Costa e Silva, tiveram que arcar com a responsabilidade de conduzir, temporariamente, os destinos da Nação. Naquela difícil conjuntura, ao assegurar a paz e a ordem, mesmo enfrentando episódio de delicada repercussão internacional, permitiram o prosseguimento da obra do desenvolvimento nacional e lograram, uma solução de continuidade revolucionária, que realçou a unidade existente entre aquelas Forças e patentçou a inequívoca confiança de que desfrutaram perante o povo brasileiro.

No âmbito de suas atividades profissionais, as três Armas levaram a efeito as tarefas específicas de instrução do pessoal e de aprestamento de unidades, coroadas, tais tarefas, pela execução de exercícios e manobras singulares e combinadas.

A Reforma Administrativa vem sendo regularmente executada, nos três setores das Forças Armadas, visando ao aumento da produtividade.

Paralelamente, continuam essas Forças prestando sua valiosa colaboração ao desenvolvimento econômico do País, mediante, sobretudo, a participação nos programas governamentais de educação, transportes, assistência e previdência.

Apoiaram elas, de forma decisiva, importantes iniciativas governamentais na área estudantil, as Operações Rondon e Mauá.

O Estado-Maior das Forças Armadas processou sua transferência para Brasília, onde vem realizando estudos de problemas ligados à conjuntura militar brasileira. Destacaram-se, entre seus trabalhos, a elaboração do atual Estatuto dos Militares e o prosseguimento dos estudos relativos à Doutrina, Estratégia e Política Militares.

O Ministério da Marinha, com vistas à nacionalização do material da Esquadra, contribuiu de forma efetiva para o nosso desenvolvimento industrial, participando do Programa de Construção Naval e implementando seu Plano Básico de Comunicações e Eletrônica. Desenvolveu, outrossim, importantes atividades no campo das pesquisas e levantamentos hidrográficos, bem como no apoio à infra-estrutura e à segurança da Marinha Mercante.

O Ministério do Exército executou amplo e intenso programa, sobressaindo as atividades de colonização e ocupação da faixa fronteiriça, com base nas Colônias Militares e prioridade na área amazônica, onde, paralelamente, se interioriza a Força Terrestre. Prosseguem os trabalhos de engenharia na construção de rodovias e ferrovias, dentre os quais é justo ressaltar a conclusão da BR-277/373 (Ponta Grossa—Foz do Iguaçu) e as obras pioneiras na Amazônia. As realizações do Plano de Construção de Residências Militares associam-se ao esforço governamental na área da habitação.

Deu-se seguimento às atividades visando à consecução do Objetivo Prioritário "Acelerar o reequipamento material do Exército, nos setores críticos, estimulando a participação da indústria nacional".

Nessas atividades merece destaque o aperfeiçoamento das Redes Rádio, de níveis nacional e regional inclusive pela ampliação do uso do sistema de microondas. Estão sendo produzidos, por outro lado, conjuntos-rádio e sistemas telefônicos para uso em campanha.

Cabe realçar, ainda, o desenvolvimento de um carro blindado de reconhecimento, o de um sistema de tração para veículos comerciais, que permite seu uso para fins militares, e a recuperação de viaturas blindadas e de carros de combate.

No Ministério da Aeronáutica, o importante evento foi a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., destinada ao desenvolvimento da nossa indústria aeronáutica, com a implementação inicial dos projetos das aeronaves "Bandeirante" e "Mecchi". Objetivando a padronização e modernização dos equipamentos da Força Aérea Brasileira, foram adquiridas, em fábricas nacionais, aeronaves para treinamento, ligação e observação. Pros-

seguiram, outrossim, as pesquisas e o desenvolvimento de projetos aeroespaciais. Obras e instalações de apoio à infra-estrutura aeroportuária e de proteção ao voo foram realizadas, concluindo-se, ademais, o Estudo de Viabilidade do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.

Finalmente, em face dos problemas da atual conjuntura nacional, é justo mencionar o valor da participação das Forças Armadas na manutenção da segurança interna, em que coube ao Exército a coordenação da atuação das polícias militares e civis dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Agradecendo a presença de S. Exa. o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, dos Srs. Ministros de Estado, de S. Exa. Reve-

rendíssima o Sr. Arcebispo de Brasília, do Exmo. Sr. Governador de Brasília, das autoridades civis e militares presentes, irei declarar encerrada a presente sessão.

Antes, quero formular um convite, em meu nome e em nome do Sr. Presidente da Câmara dos Srs. Deputados, para uma pequena recepção no salão nobre do Senado Federal, onde teremos oportunidade de receber os eminentes Srs. Congressistas e demais autoridades.

Cabe-me, ao mesmo tempo, informar que o Exmo. Sr. Presidente da República terá o prazer de receber os Srs. Congressistas às 17,30 horas de hoje.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 50 minutos.)

ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os **ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967**, obra elaborada pela **Diretoria de Informação Legislativa** e impressa pelo **Serviço Gráfico do Senado Federal** compreendem 8 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1946 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME — Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembleia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adancto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966. — Preço: NCr\$ 6,00.

2.º VOLUME — Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

Índices deste gênero são apresentados em todos os volumes dos Anais e compendiados em um volume final de Índice-Geral. — Preço: NCr\$ 5,00.

3.º VOLUME — Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67. — Preço: NCr\$ 5,00.

4.º VOLUME — Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição. — 2 tomos Preço: NCr\$ 20,00 — num total de 945 páginas.

5.º VOLUME — Comissão Mista

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas. (No prelo.)

6.º VOLUME — Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação das páginas. (No prelo.)

7.º VOLUME — Quadro comparativo

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas (artigo por artigo.) (No prelo.)

ASSINATURAS DO

Diário do Congresso

(SEÇÃO II)

Devem ser solicitadas, diretamente, ao

Serviço Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1503

Brasília, DF

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO,
ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRA-
SÍLIA, A FAVOR DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PREÇOS DAS ASSINATURAS:**VIA SUPERFÍCIE:**

semestre — NCr\$ 20,00

ano — NCr\$ 40,00

VIA AÉREA:

semestre — NCr\$ 40,00

ano — NCr\$ 80,00

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal, 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: NCr\$ 0,20